



ANO 22 Nº 01
Janeiro de 2013

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Recuperação adiada para 2013

A passagem de ano sempre inspira reflexões: de um lado, repassamos o que foi realizado ao longo do ano anterior e, de outro, projetamos o que deve ser feito no ano que se inicia. Seguindo essa perspectiva, 2012 pode ser considerado o ano em que a recuperação econômica não ocorreu. Isto porque a desaceleração, que se apresentava já em 2011, tomou contornos mais expressivos ao longo do último ano. Aguardamos uma recuperação econômica que, de acordo com o que mostram os dados divulgados até o momento, ainda não tomou forma. Contudo, ainda mais importante que analisar esse comportamento será avaliar a sua possível projeção sobre o ano de 2013.

Conforme podemos acompanhar na tabela, o consumo das famílias, que apresentou seu 36º crescimento consecutivo, continua sendo o principal componente a contribuir para o PIB. Esse resultado reflete a manutenção do emprego durante o período, bem como o contínuo crescimento do crédito, mesmo que arrefecido. O consumo do Governo, após reduzir sua contribuição ao fim de 2011, voltou a crescer em 2012, mantendo uma contribuição média de 0,6 p.p. para o crescimento total do PIB em cada trimestre. Esses dois componentes mantêm-se positivos e, apesar de apresentarem alguma flutuação, são relativamente estáveis ao longo do tempo.

Analisando-se a participação dos demais componentes, é válido observar a significativa alteração ocorrida ao longo de 2012. As exportações líquidas — que representam a soma das contribuições das exportações, descontadas as importações — reverteram sua influência para o crescimento do PIB no 3º trimestre de 2012, tornando positiva a sua contribuição. O que ocorreu, na verdade, foi uma retração no comércio com o exterior, sendo que a queda das importações foi maior que a queda das

exportações. No acumulado até o terceiro trimestre de 2012, a contribuição das exportações líquidas é nula.

Os componentes analisados até o momento acabaram sendo neutralizados pelo comportamento descendente da Formação Bruta de Capital Fixo, que, no acumulado do ano, contribuiu negativamente com 0,7 p.p. para o crescimento do PIB. O resultado inspira preocupações, mas também aponta os rumos para a correção no ano que se inicia. Algumas medidas nesse sentido já foram iniciadas. Devido ao mau resultado das Contas Nacionais, o Governo providenciou uma série de pacotes para incentivar o investimento no País: PAC 2, continuação do Programa Minha Casa Minha Vida, 'PAC Logística', aprofundamento do Programa de Sustentação do Investimento e redução da Taxa de Juros de Longo Prazo. O difícil, até o momento, tem sido instigar o setor privado a acompanhar o movimento do Governo, algo que tem sido buscado através de desonerações fiscais e, principalmente, da redução da taxa Selic, juntamente com uma pressão para a redução do *spread* bancário, o que reduziria o custo financeiro dos investimentos.

O fato é que essas medidas ainda não surtiram efeito, seja pelo tempo natural que exigem para ser maturadas, seja pela dificuldade do Governo em tocar seus projetos, ou pela perspectiva de que o consumo das famílias tenha chegado ao seu limite, representado pelo endividamento aliado ao crescimento da inadimplência. Não resta dúvida, no entanto, que o desempenho econômico no ano de 2013 dependerá da reação das empresas aos novos incentivos, uma vez que o Governo não poderá arcar sozinho com os investimentos necessários para a retomada do crescimento em um ritmo mais elevado.

Contribuição percentual dos componentes para o crescimento do PIB no trimestre — 2011/2012

PERÍODOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	VARIAÇÃO DE ESTOQUES	EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS	PIB
1º trim./11	3,7	0,4	1,7	-0,4	-1,1	4,2
2º trim./11	3,3	0,7	1,2	-0,9	-1,0	3,3
3º trim./11	1,7	0,2	0,5	0,0	-0,3	2,1
4º trim./11	1,2	0,3	0,4	-0,2	-0,3	1,4
1º trim./12	1,6	0,6	-0,4	-1,0	0,0	0,8
2º trim./12	1,4	0,6	-0,7	-0,4	-0,5	0,5
3º trim./12	2,0	0,6	-1,1	-1,1	0,4	0,9
2011 (1)	2,9	0,4	1,1	-0,4	-0,8	3,2
2012 (1)	1,7	0,6	-0,7	-0,8	0,0	0,7

FONTE DE DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Contas Nacionais.

(1) Acumulado até o 3º trimestre.

Bruno Paim
Economista, Pesquisador da FEE

Investimento brasileiro direto no exterior: evolução recente

O estoque dos investimentos brasileiros diretos (IBD) compreende o saldo apurado dos estoques de ativos que residentes mantêm no exterior. Estes são formados por investimentos locais destinados a aquisição, subscrição e/ou aumento (total ou parcial) do capital social de empresas estrangeiras; empréstimos realizados entre matrizes e subsidiárias instaladas em outros países (empréstimos intercompanhia); e/ou lucros reinvestidos.

Uma das maiores dificuldades para analisar os movimentos de investimentos diretos de empresas brasileiras no exterior é a insuficiência das informações oficiais. Embora o Banco Central do Brasil (BC) disponibilize um censo anual do estoque de investimentos realizados no exterior, as informações fornecidas não garantem a identificação do país de destino final, nem a distribuição setorial efetiva desse estoque. Isto porque os paraísos fiscais são o destino geográfico de uma parcela significativa das declarações de ativos e, conseqüentemente, o destino setorial se concentra na atividade financeira ou no setor serviços. Apesar da escassez de informações, com base no censo e nos dados do Balanço de Pagamentos do BC é possível constatar que o estoque de IBD em 2011 atingiu US\$ 202,6 bilhões e que os fluxos de investimento brasileiro direto no exterior têm um comportamento errático, embora tendencialmente ascendente.

Dois instituições brasileiras tentam cobrir a insuficiência das informações oficiais através de suas pesquisas: a Fundação Dom Cabral (FDC), por meio do estudo anual “*Ranking* das Transnacionais Brasileiras”, já na sexta edição, e o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), com o “*Índice* de Investimentos Brasileiros na América do Sul e México” (IndexInvest Brasil), iniciado em 2007.

A pesquisa da FDC capta a atuação internacional de grandes grupos empresariais e empresas individuais com presença física no exterior. No *Ranking* de 2011, foram identificados 78 grupos com alguma forma de atuação internacional (escritórios comerciais, e/ou centros de distribuição, e/ou montagem, e/ou unidades produtivas, e/ou prestação de serviços, etc.). Dos respondentes da pesquisa, 30,9% tinham presença na América do Sul; 21,1%, na Europa; 16,8%, na Ásia; 12,6%, na América do Norte; 9,6%, na África; 7,4%, na América Central; e 1,7%, na Oceania. A América do Sul continua sendo o destino preferencial das empresas brasileiras, uma vez que a proximidade geográfica e cultural facilita os primeiros passos no processo de internacionalização de novos entrantes. Além disso, a aquisição de empresas na região permite aumentar as economias de escala e tornar as empresas brasileiras mais competitivas.

Para o conjunto das 20 empresas mais internacionalizadas, as receitas, os ativos e o número de funcionários cresceram tanto no mercado doméstico como no internacional. Quanto à importância do IBD para esse grupo de empresas, vale destacar que a participação das

receitas no exterior, no total de receitas, representou 38,2%, os ativos no exterior somaram 34,6% dos ativos totais, e o número de funcionários no exterior atingiu 30,5% do total.

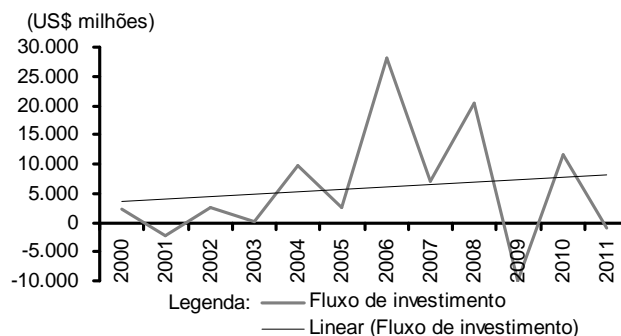
Conforme o *ranking* de 2011 da FDC, as cinco primeiras empresas são: JBS-Friboi (alimentos); Stefanini IT Solutions (tecnologia da informação); Gerdau (siderurgia e metalurgia); Ibope (pesquisa de mercado); e Marfrig (alimentos). Além da Gerdau, também constam no *ranking* mais sete empresas gaúchas: a Lupatech (equipamentos e peças), a Arteccla (produtos químicos), a Marcopolo (veículos automotores e carrocerias); a Agrale (veículos automotores e implementos); a DHB (autopeças); a Randon (veículos automotores e autopeças); e a Altus (tecnologia da informação).

O IndexInvest Brasil procura registrar não só os investimentos dos grandes grupos nacionais, mas todo investimento direto brasileiro na América do Sul e no México. Com base nele, constata-se que a distribuição geográfica dos investimentos brasileiros na região é bastante concentrada. Países como Argentina, Chile e Colômbia são os mais visados pelas empresas brasileiras, principalmente o primeiro deles. Dos 148 investimentos realizados nos países analisados, entre 2007 e 2011, 38% foram realizados na Argentina; 14%, no Chile; e 13%, na Colômbia.

A maioria dos investimentos para a Argentina destinou-se à indústria, com destaque para calçados e couros, alimentos e bebidas e produtos químicos. Cabe salientar que 90% dos projetos realizados nesse país, no período 2007-11, são projetos de um amplo leque setorial, por valores individuais inferiores a US\$ 100 milhões, ou seja, considerados médios ou pequenos.

Dessa forma, apesar do aumento recente dos IBD, a participação do País nos investimentos diretos mundiais ainda é muito baixa.

Fluxo de investimentos diretos do Brasil — 2000-11



FONTE: Banco Central do Brasil.

Beky Moron de Macadar
Economista, Pesquisadora da FEE

A resistência do emprego formal e o baixo crescimento econômico

A economia brasileira parece viver uma contradição evidenciada pelo descolamento entre o comportamento da atividade econômica e o do mercado de trabalho. Enquanto o crescimento do PIB no Brasil foi de 2,7% no ano passado e de 0,7% no acumulado de 2012 até setembro frente a igual período de 2011, o emprego formal cresceu 5,5% em 2011 e 4,5% em 2012 até outubro. Embora o desempenho recente do mercado de trabalho já apresente uma significativa inflexão em relação a 2010, ano recorde na geração de empregos formais no País, está bem acima do que se esperaria em uma conjuntura de acentuada desaceleração da atividade econômica. Mesmo que a geração líquida de postos de trabalho em 2012 (1.688.845) seja o segundo pior resultado desde 2006, o número ainda é promissor. O resultado do mês de outubro desse ano, no entanto, já desperta preocupação, com um saldo apenas 0,2% maior do que o de setembro e quase 50% menor do que o do mesmo mês do ano anterior, observando-se expansão do emprego em relação ao mês anterior em três setores — Comércio, Serviços e Indústria de Transformação.

No Rio Grande do Sul, os desempenhos, que são muito próximos em 2011 — o PIB cresceu 5,7%, e o emprego formal, 5,2% —, distanciam-se em 2012 — o PIB teve uma redução de 2,1% no acumulado até setembro, e o nível de emprego, um incremento de 3,6% até outubro. A expansão do mercado de trabalho em 2012 também fica aquém à do mesmo período de 2011 (-30%), observando-se, no mês de

outubro, uma variação de 0,4% frente a setembro e de -32,2% na comparação com o mesmo mês de 2011.

Dentre as várias interpretações que vêm sendo debatidas acerca desse contraste entre nível de atividade e nível de emprego, uma é especialmente delicada: a de que, diante dos altos custos de demissão e de contratação, as empresas estariam retendo os empregados, acreditando que a desaceleração seja temporária. Se isso se confirmar, o risco é o de uma reversão rápida e brusca, caso as empresas desistam de esperar pela recuperação da economia.

Variação do emprego formal, por setores de atividade selecionados, no RS e no Brasil — jan.-out./12

SETORES	RS		BRASIL	
	Out./12	No Ano	Out./12	No Ano
Indústria de transformação				
Construção civil	0,11	2,44	0,21	3,44
Comércio	0,10	8,89	-0,27	9,42
Serviços	0,75	2,5	0,58	2,82
Administração pública	0,39	4,87	0,21	4,67
TOTAL	-0,17	1,69	-0,42	4,02
	0,43	3,61	0,17	4,46

FONTE: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Lei n. 4.923/65.

Maria Isabel H. da Jornada
Socióloga, Pesquisador da FEE

Melhora a qualidade do emprego na RMPA

A qualidade do emprego tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa grande parte do seu tempo disponível, sendo elemento primordial para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares.

A esse respeito, com base nos dados estatísticos da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), podemos constatar evidências da melhoria da qualidade do emprego no início deste novo século. Ao analisar as informações para o período 1999-2011, observa-se que a geração de novos postos de trabalho deu-se, preponderantemente, no emprego formalizado do setor privado (73,4% com carteira e 4,9% sem carteira). Saliente-se que o crescimento do assalariamento com carteira assinada tem consequências importantes, porque a carteira não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que dá acesso a direitos e benefícios estipulados pela legislação trabalhista e previdenciária.

Ademais, outro aspecto que indica a melhoria da qualidade do emprego é a análise da dinâmica de seu crescimento por tamanho das empresas. Nesse particular, dados da PED-RMPA assinalam aumento mais expressivo de ocupados com carteira assinada nas empresas de maior porte: de 100 a 499 empregados (70,4%) e de 500 e mais empregados (68,0%). Esse fato evidencia uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez

que as empresas maiores possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária dos trabalhadores no mercado de trabalho, visto que os assalariados sem carteira assinada concentraram-se nas empresas entre um e 49 empregados.

Saliente-se que essa trajetória positiva não sofreu solução de continuidade com a crise financeira de 2008, haja vista que, no período 2008-11, continuou o movimento de expansão das ocupações formais, embora com menor intensidade.

Finalmente, vale ainda indagar se a situação favorável do emprego formal foi acompanhada de uma melhoria salarial. Nesse sentido, ao se examinar a evolução do rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, verifica-se que houve um ganho total de 17,3% entre 2004 e 2011, após sete anos de tendência declinante. Padrão similar observou-se entre os assalariados do setor privado com carteira, cujos ganhos reais de salário foram de 13,3%, no mesmo período, após quatro anos de queda.

Esse conjunto de fatores positivos, observado, especialmente, desde 2004, indica uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, que precisa ser continuada e aprofundada, a fim de reduzir os níveis de precariedade ainda existentes entre os trabalhadores.

Alejandro Kuajara Arandia
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jun.-nov./12

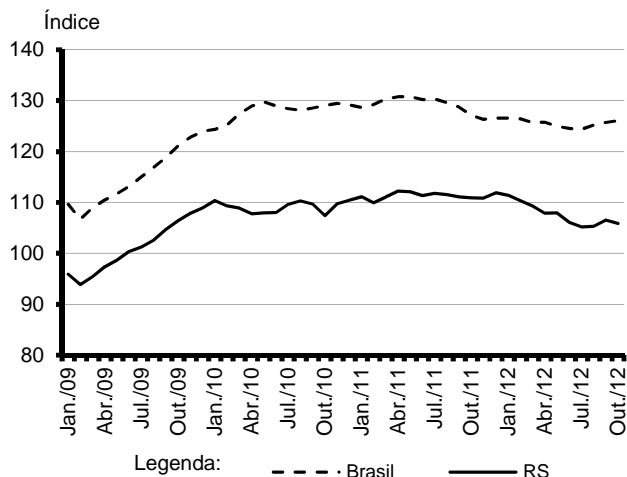
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
	Jun./12	0,08	2,32	4,92	0,66	3,19	
Jul./12	0,43	2,76	5,20	1,34	4,57	6,68	
Ago./12	0,41	3,18	5,24	1,43	6,07	7,73	
Set./12	0,57	3,77	5,28	0,97	7,09	8,07	
Out./12	0,59	4,38	5,45	0,02	7,12	7,52	
Nov./12	0,60	5,01	5,53	-0,03	7,08	6,96	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-out./12



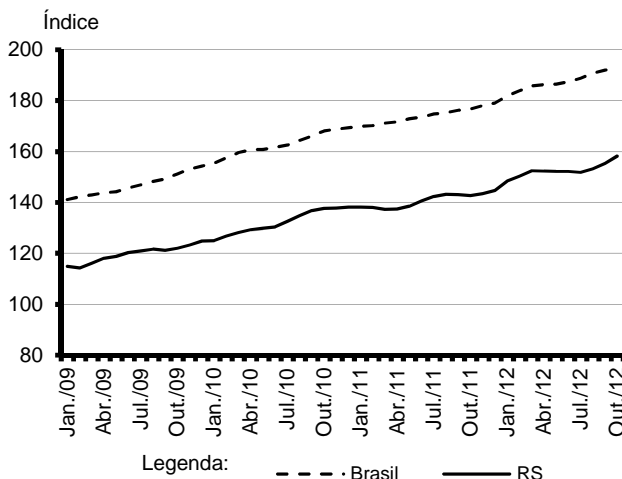
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-out./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jun.-nov./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,05	2,03	2,03	2,03	2,03	2,07	1,94	1,93
Taxa de câmbio efetiva real (3)	86,8	86,4	87,2	87,7	87,6	88,0	83,9	83,5
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	8,50	8,00	7,50	7,50	7,25	7,25	8,56	8,76
Superávit primário (% do PIB)	-0,8	-1,5	-0,8	-0,5	-3,2	1,4	-2,1	-1,9
Balança comercial (US\$ milhões)	805	2.873	3.226	2.556	1.659	-187	17.197	21.008
Exportações (US\$ milhões)	19.353	21.003	22.381	19.998	21.763	20.472	222.831	244.959
Importações (US\$ milhões)	-18.548	-18.130	-19.155	-17.442	-20.104	-20.659	-205.634	-223.950
Transações correntes (US\$ milhões)	-4.389	-3.740	-2.550	-2.596	-5.431	-6.265	-45.819	-51.827

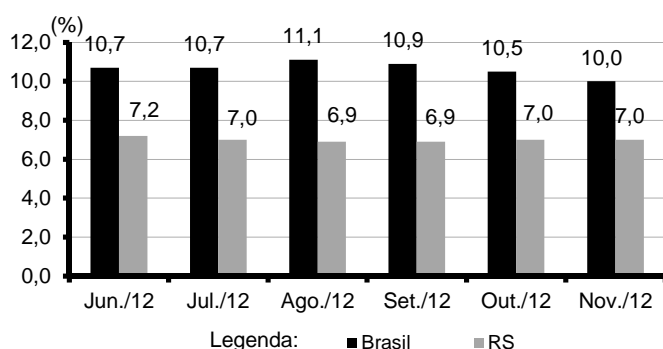
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 01

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jun.-nov./12

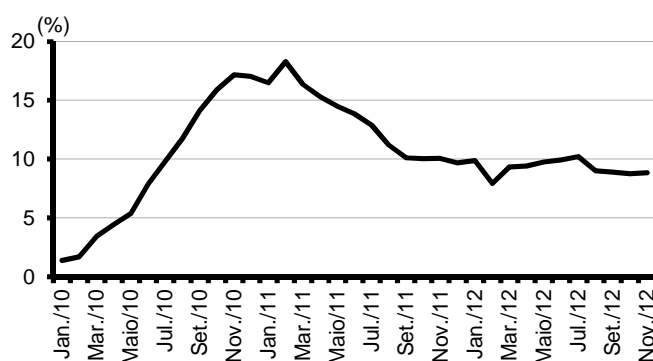


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-nov./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

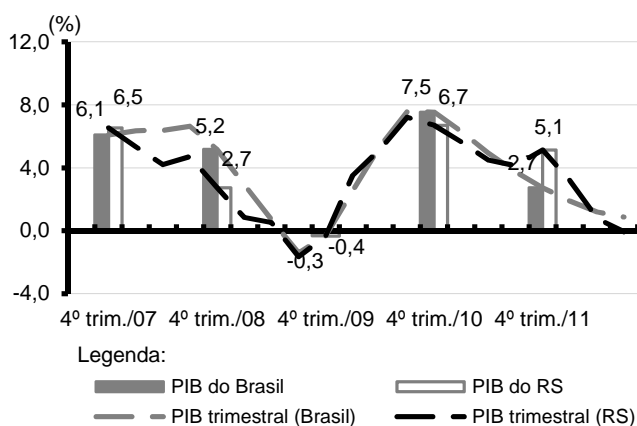
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jun.-nov./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)			VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)		RS/BR (%)	Valor		Volume		Preço	
	RS	Brasil		RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jun./12	8.515	117.214	7,3	-8,1	-0,9	-7,3	0,2	-0,6	-0,8
Jul./12	10.285	138.217	7,4	-6,9	-1,7	-6,2	0,5	-0,6	-1,8
Ago./12	12.117	160.598	7,5	-6,1	-3,7	-5,9	-0,5	-0,2	-2,7
Set./12	13.615	180.596	7,5	-9,2	-4,9	-9,1	-1,1	0,0	-3,4
Out./12	15.098	202.360	7,5	-9,6	-4,6	-9,7	0,0	0,2	-4,2
Nov./12	16.287	222.831	7,3	-9,8	-4,7	-10,2	1,3	0,6	-5,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

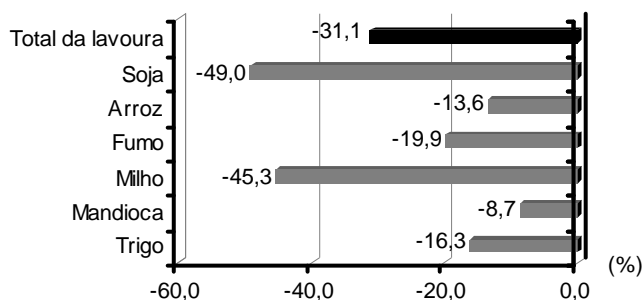
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-3º trim./12



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — nov./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Taxas de homicídios nos municípios do RS para os anos de 2002 e 2010

Os dados da Secretaria de Segurança Pública do RS relativos às taxas de homicídios nos municípios gaúchos, para os anos de 2002 e de 2010, nos possibilitam fazer alguns comentários.

Analisando a tabela, verificamos que, entre os anos citados, houve estabilidade na taxa global de homicídios do Estado. Em 2002, ocorreram 1.591 homicídios no RS, o que dá uma taxa de 15,4 por 100.000 habitantes. Em 2010, foram computados 1.653 homicídios em todo o Estado, resultando em uma taxa de 15,43 para cada grupo de 100.00 habitantes. Para efeito de comparação, a taxa de homicídios para o Brasil, segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, foi de 28,5 por 100.000 habitantes em 2002 e de 26,2 para o ano de 2010. Isso resulta em uma queda de 8,1%, aproximadamente.

A tabela está dividida em oito classes diferentes de municípios, segundo o porte demográfico dos mesmos. Para a classe de municípios de até 5.000 habitantes, a taxa média de homicídios registrada para o ano de 2002 foi de 5,04 e de 8,84 para o ano de 2010. Isso resulta numa variação de 75,24%, a maior entre as classes. Tal variação pode ser explicada porque muitos municípios dessa classe apresentam taxa anual de homicídios igual a zero. Quando registram um homicídio, suas taxas anuais aumentam exponencialmente.

A queda de 27,87% na taxa de homicídios para a classe de municípios de 10.000 a 20.000 habitantes foi a maior entre todas as classes especificadas.

Evolução positiva e consistente dos programas de pós-graduação gaúchos

As atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por programas de pós-graduação (PPG) possuem um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento social e econômico dos países. De modo geral, eles fornecem mão de obra altamente qualificada ao mercado de trabalho e, mais além da habitual geração de conhecimentos básicos no campo da ciência, conhecimentos aplicados que servem de substrato para o surgimento de inovações sociais e/ou tecnológicas nos setores público (sociedade civil e estatal) e privado (atividades produtivas).

Pode-se afirmar que o Estado do RS tem uma estrutura de pós-graduação invejável. Em 2010, possuía 261 PPG, o que correspondia a 9,2% do total de programas existentes no País. Enquanto o Brasil apresentava 1,5 PPG/100.000 hab., o território gaúcho contava com um número significativamente maior de programas (2,4 PPG/100.000 hab.). Em relação às outras unidades da Federação, ficava atrás apenas do DF (3,2 PPG/100.000 hab.), seguido de perto por RJ (2,2) e PR (2,0).

A análise da evolução do número de PPG aponta igualmente para uma situação positiva. Efetivamente, o Estado quase duplicou o seu total em pouco mais de uma década, passando de 137 programas em 2000 para 261 em 2010. Além disso, esse crescimento refletiu-se de modo favorável em relação ao montante da população. Se, no início do período considerado, havia pouco mais de um programa por 100.000 habitantes (1,4 PPG), ao seu final, já existiam mais de dois (2,4). Ressalta-se que essa expansão da pós-graduação, superando a da população, verificou-se ao longo de todo o período analisado (ver gráfico).

É importante destacar também que o mesmo comportamento dinâmico dos PPG é comprovado ao analisar somente os programas das áreas de formação tecnológica.

Porto Alegre, que é o único município integrante da classe com mais de 500.000 habitantes, teve uma queda de 14,16% na taxa de homicídios, no período, indicando um recuo dos crimes letais contra a pessoa na capital gaúcha, entre os anos citados. Uma possível explicação para esse fenômeno seria uma combinação de aumento nas taxas de escolaridade e de aumento da renda da população porto-alegrense entre os anos considerados.

Taxas de homicídios nos municípios do RS — 2002 e 2010

TAMANHO DO MUNICÍPIO (habitantes)	TAXAS		VARIACÃO %
	2002	2010	
Até 5.000	5,04	8,84	75,24
De 5.000 a 10.000	9,82	8,68	-11,58
De 10.000 a 20.000	9,48	6,84	-27,87
De 20.000 a 50.000	12,64	11,37	-10,02
De 50.000 a 100.000	14,92	14,13	-5,28
De 100.000 a 200.000	20,25	18,23	-9,97
De 200.000 a 500.000	13,25	19,07	43,97
Mais de 500.000	30,01	25,76	-14,16

FONTE: Secretaria da Segurança Pública do RS.

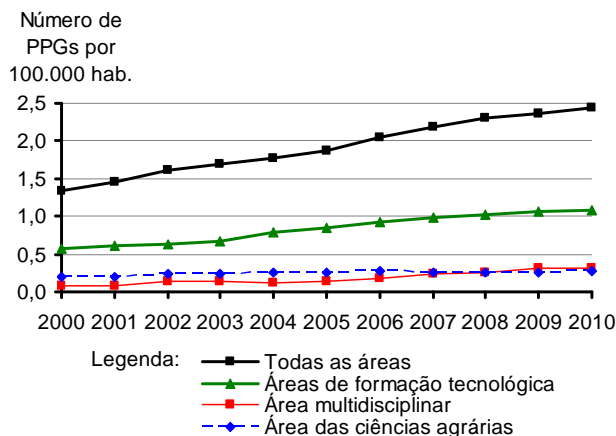
NOTA: Taxas por 100.000 habitantes.

Lívio Luiz Soares de Oliveira
Economista, Pesquisador da FEE

Isso evidencia um quadro favorável à promoção de inovações tecnológicas no tecido produtivo rio-grandense, no âmbito dos possíveis relacionamentos entre universidades e empresas.

Enfim, o exame dos dados mostra, por um lado, o aumento notável dos programas multidisciplinares, caracterizando-os como uma área emergente no cenário da pós-graduação gaúcha e, por outro, o fraco crescimento da área das ciências agrárias.

Número de programas de pós-graduação, total e por áreas selecionadas, no RS — 2000-10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: CAPES/GEOCAPES.

IBGE/Censos 2000 e 2010.

FEE/Estimativas populacionais.

Iván G. Peyré Tartaruga
Geógrafo, Pesquisador da FEE

América Latina e Caribe: o investimento estrangeiro direto

Conforme o documento **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe - 2011**, publicado pela CEPAL em 2012, as correntes mundiais de investimento estrangeiro direto (IED) ampliaram-se 17% no ano de 2011 em relação ao ano anterior e somaram US\$ 1.510 bilhões. Esse foi o segundo ano consecutivo de crescimento, depois das reduções presenciadas em 2008 e 2009. Não obstante, o IED mundial ainda não alcançou o ápice de US\$ 1.960 bilhões atingido em 2007.

Nesse contexto, a região da América Latina e Caribe foi anfitriã de US\$ 153 bilhões em entradas líquidas de IED — entradas brutas de IED descontadas as repatriações de capital (desinvestimentos) —, o que representou um incremento de 31% em 2011, a região de crescimento mais proeminente em nível mundial. A maior parcela desse desempenho é associada ao Brasil, com participação de 43% dos fluxos de IED destinados à região.

As razões para a predileção dos investidores em relação à região são desvendadas pelo potencial dinamismo dos mercados internos e pelos valorizados preços internacionais das *commodities*. Isso estimula a aplicação de capitais nos setores relacionados ao abastecimento da demanda doméstica e aos recursos naturais voltados às exportações.

Na América do Sul, predominam os investimentos nos setores exportadores de *commodities*. Sem considerar o Brasil, os recursos naturais representaram 57% do IED destinado ao Continente em 2011, enquanto a indústria de transformação recebeu 7%, e os serviços, 36%. Por outro lado, o Brasil concentrou aproximadamente 46% do IED na indústria de transformação, já os serviços responderam por 44%, enquanto o Setor Primário recebeu 9% do total do IED. Nesse sentido, destacam-se as possibilidades de alcance ao ascendente mercado doméstico brasileiro e as políticas brasileiras recentes que preservam os conteúdos locais em indústrias como a automobilística, a petroleira, a eletrônica e a de energia elétrica.

Em contrapartida, na sub-região formada por México, América Central e Caribe, em 2011, cerca de 8% do IED concentrou-se nos recursos naturais; 40%, na indústria de transformação; e 53%, nos serviços. Os países centro-americanos e a República Dominicana concederam incentivos fiscais para o IED destinado à indústria voltada à produção de exportações para os Estados Unidos, atraindo uma parcela considerável do IED para esse segmento. Já as economias do leste do Caribe são fortemente dependentes dos investimentos no setor turístico, o qual se mostrou extremamente frágil a situações econômicas adversas, como a crise de 2008 e seus desdobramentos nos anos posteriores.

Com relação ao conteúdo tecnológico do IED anunciado para indústria de transformação latino-americana e caribenha em 2011, a realidade é de investimentos em nova planta, com destinação, majoritariamente, aos setores de baixa e de média-baixa tecnologia (61% do IED), a despeito do relativo crescimento do volume de projetos nos setores de média-alta tecnologia recebidos por Brasil e México. Essa situação é oposta ao que prevalece em outras regiões em desenvolvimento, como a Ásia e, em particular, a China. Neste país, mais de 80% dos projetos de IED na indústria de transformação foram direcionados aos setores com alto e médio-alto conteúdos tecnológicos.

Concernente às origens do IED, os principais investidores estrangeiros na América Latina e Caribe são os

Países Baixos, os Estados Unidos, a Espanha e a própria América Latina (através da atuação das empresas translatinas nos países vizinhos). Oficialmente, os Países Baixos são a principal fonte do IED na região, entretanto, há evidências de que esse país representaria um mero intermediário dos recursos, dado que as sedes das principais empresas investidoras estariam em outros países.

Com relação ao formato do IED, este pode ser de três tipos: empréstimos intercompanhias, aportes de capital e reinvestimento de lucros. Na América Latina e Caribe, os empréstimos entre matrizes e filiais no último quinquênio garantiram 20% do total de IED para a região. Vale ressaltar que há evidências de que parte desses empréstimos tenha sido apenas “maquiada” de IED, quando, na realidade, o objetivo final era a arbitragem de juros.

Os aportes de capital, por sua vez, representaram 38%, sendo o mais variável dos três componentes, pois incluem fusões e aquisições transfronteiriças. Estas atingiram US\$ 82,786 bilhões em 2011, mas não podem ser estritamente confrontadas com o IED, dados os diferenciais metodológicos de cálculo e de natureza da informação.

A parcela de IED que se refere à reinvestimento de lucros tem aumentado nos últimos anos e, nos cinco últimos, foi o elemento de maior importância entre os três tipos, com 42% do total. Isso pode ser relacionado a um fator estrutural — o já elevado montante de capital estrangeiro acumulado — e duas razões conjunturais — o crescimento econômico da região e os valorizados preços das *commodities*. Uma ressalva é o Brasil não estar incluso nesta análise sobre as três formas do IED, pois o País não contabiliza reinvestimentos de lucros como IED. Desta forma, o IED brasileiro divulgado está subestimado.

Não negligenciáveis são as crescentes repatriações de lucros (rendas brutas de IED) às matrizes pelas mesmas causas conjunturais e estruturais citadas anteriormente e também como forma de compensar os prejuízos das matrizes, em um cenário de crise. As repatriações de lucros da América Latina e Caribe ascenderam de uma faixa de US\$ 23 bilhões em 2003 para um máximo de US\$ 93 bilhões em 2008. Para o ano de 2010, último dado disponível pela CEPAL, as rendas de IED situaram-se em torno de US\$ 82 bilhões. Como proporção das exportações de bens e serviços, as rendas de IED representavam 5% em 2003 e atingiram 8% em 2010.

Em suma, o ciclo próspero de crescimento da região, a valorização dos termos de troca e o contexto de crise internacional ressaltam o crescimento superior das repatriações de lucros em relação ao crescimento do montante de IED aplicado na região. Por outro lado, essa elevada soma de envio de rendas ratifica que o IED não é um fluxo “de mão única”. Assim sendo, devem-se levar em consideração as pressões futuras sobre o balanço de pagamentos e o fato de o IED muitas vezes não ampliar a capacidade produtiva. Portanto, é imprescindível, além de uma análise quantitativa, uma análise qualitativa, ou seja, sua contribuição para o desenvolvimento em termos de transferências de tecnologias e de integração produtiva, assim como sua contribuição futura para as exportações.

Clarissa Black
Economista, Pesquisadora da FEE

Canais de transmissão da agricultura para a economia

Historicamente, a agricultura tem uma grande importância na economia gaúcha, maior do que tem em outros estados industrializados e no Brasil como um todo. Entre 2002 e 2010, em média 9,9% do valor adicionado pela economia do RS veio da agropecuária, contra 6,1% no Brasil. Além disso, esse setor apresenta, em virtude de condições climáticas, uma variabilidade maior do que a indústria e os serviços. A média dos valores absolutos dos índices de volume da agropecuária entre 2003 e 2010 foi 15,8 p.p., bem maior do que a da indústria (4,5 p.p.) e a dos serviços (3,2 p.p.). Juntos, esses dois fatores — participação e variabilidade — fazem com que variações na agricultura sejam responsáveis por grande parte das variações no PIB do Estado.

Porém o senso comum atribui à agricultura uma causalidade ainda maior no comportamento da economia gaúcha, através da sua influência nos outros setores. Em que medida isso é verdade é uma questão que precisa ser estudada com mais atenção. Tendo isso em mente, este texto se propõe a discutir dois possíveis canais de transmissão da agricultura para o resto da economia.

Um primeiro canal é o efeito da renda gerada na lavoura no comércio dos municípios. Após uma boa safra, o agricultor poderia comprar mais, enquanto teria que reduzir seus gastos frente a uma safra ruim.

Para testar esse canal, estimou-se um modelo (mínimos quadrados ordinários) onde a variação do comércio de cada município é explicada pela variação em volume da sua agricultura, utilizando-se dados de 2003 a 2009 da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM-IBGE) e do PIB Municipal (FEE/IBGE). O resultado mostrou que um crescimento de 1 p.p. da economia gerado pela agricultura faz com que, em média, o comércio do município cresça 0,3 p.p. acima da média do Estado. Assim, o aumento (ou diminuição) dos gastos com consumo é um canal significativo de transmissão da renda agrícola. Contudo, como pode ser visto no gráfico, a variabilidade dos resultados observados é grande, mostrando que o poder de explicação da agricultura no comércio municipal é pequeno, com outras variáveis sendo necessárias para explicá-lo propriamente.

Outro canal de transmissão é o efeito do desempenho da lavoura sobre a indústria do RS. Uma maior produção demandaria mais insumos, como defensivos agrícolas, e investimento em máquinas e equipamentos, além de significar uma maior oferta de matéria-prima para indústrias como as de alimentos e fumo.

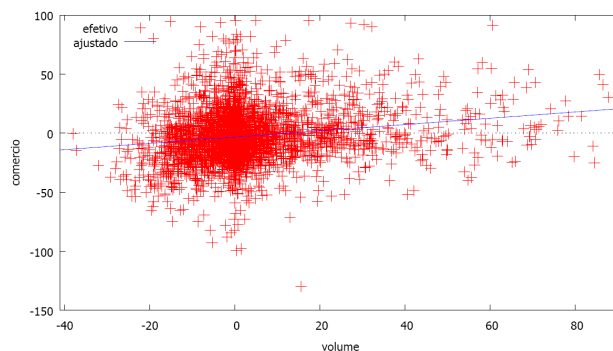
Para testar essa hipótese, calculou-se a correlação entre a produção agrícola medida pela PAM e diversos setores da indústria de transformação medidos pela Pesquisa Industrial Mensal (IBGE), de 1995 a 2011. Nesse canal, as correlações não se mostraram tão significativas quanto se esperaria. A correlação entre a agricultura do ano t e o setor de máquinas

e equipamentos do ano $t+1$ foi de 0,35; e de 0,14 com o setor de alimentos de $t+1$ (a correlação entre lavoura e indústria do mesmo ano foi ainda menor). Já utilizando o desempenho de produtos específicos, o fumo apresentou correlação de 0,51 com a indústria de fumo, e o arroz, correlação de 0,34 com a de alimentos, ambas dentro do mesmo ano.

Algumas hipóteses podem explicar, em parte, a ausência de correlações mais fortes. Pelo lado do consumo intermediário da lavoura, a explicação pode ser a compra de parte dos insumos fora do RS, assim como a venda de produtos da nossa indústria de fertilizantes e defensivos em outros mercados, especialmente em momentos de queda da lavoura gaúcha. Quanto ao investimento em máquinas e equipamentos, é de se esperar que ele tenha uma maior ligação com a expectativa dos resultados de safras futuras do que com safras passadas. Já a indústria de alimentos, que demanda bens agrícolas como insumos, responde não só à oferta destes como também à demanda por seus produtos. Assim, uma maior safra garante apenas um aumento no desejo de ofertar um bem alimentício a um dado preço; porém o aumento da quantidade produzida vai depender também da demanda por esse produto, que não depende do resultado da lavoura.

Concluindo, para se estudar o impacto da agricultura na economia gaúcha deve-se fazer um maior uso da ótica microeconômica, com foco nas relações entre os setores da economia, além de controlar a análise para o efeito de outras variáveis que também afetem a economia gaúcha, como variações nas políticas do Governo Federal e no setor externo.

Crescimento do comércio, observado e estimado, *versus* volume da agricultura dos municípios gaúchos — 2003-09



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.
IBGE.

Rodrigo de Sá
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 07.01.13).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Roberto da Silva Wiltgen, Carlos Roberto Winckler, Sílvia Horst Campos e Maria Lucrécia Calandro.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691
Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br